

Do fisicalismo ao sociologismo: o cientismo de sempre

Alberto Oliva *

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo apontar a que conseqüências reducionistas leva a sociologia cognitiva da ciência também conhecida como Programa Forte ou socioconstrutivismo. Ao se apresentar como capaz de explicar o conteúdo da ciência por meio de causas sociais e ao desqualificar as razões epistêmicas como vazias idealizações filosóficas, a sociologia cognitiva da ciência acaba por se tornar a única autêntica metaciência possível. A sociologia cognitiva da ciência é guindada à condição de ciência da ciência e passa a deter o monopólio reconstrutivo sobre a ciência. Este artigo chama a atenção para as implicações de se reduzir a cognitividade da ciência a produto da vida social. E questiona a desqualificação, levada a cabo pela sociologia cognitiva da ciência, do que pensam sobre a ciência os filósofos e os próprios cientistas. Do fisicalismo naturalista ao sociologismo relativista varia apenas a versão do reducionismo. O que se defende no texto é que é de somenos importância se é natural ou social. Isto porque trocar o reducionismo das ciências naturais pelo das ciências sociais em nada contribui para uma melhor elucidação da racionalidade científica.

Existem na opinião de Williams (1977, p. 49) duas maneiras, ambas academicamente respeitáveis, de responder à pergunta “como sabemos de que trata a ciência?”. Uma consiste em apregoar que a maior parte da atividade científica *pode* ser dirigida à refutação ou à “solução de problemas”. Williams sustenta que não sabemos se este é ou não o caso. A outra é sociológica: a comunidade científica pode ser tratada como qualquer outra comunidade e ser integralmente submetida à dissecação sociológica. Williams salienta que isso “pode” ser feito, mas que ainda não o foi. Mas o que tem faltado à sociologia para chegar a uma *completa* explicação – abarcando tanto a *ars inveniendi* quanto a *ars probandi* – da ciência? Que tipo de instrumental metodológico deve a sociologia adotar para se credenciar a efetivamente explicar não apenas a existência institucional como também a dimensão cognitiva da ciência?

A sociologia da ciência sempre enfrentou dificuldades para definir a abrangência do enfoque que estaria apta a desenvolver sobre as ciências empíricas e as formais. Por muito tempo tendeu a acolher a tese de que as estruturas e processos sociais são precondições para a formação das teorias científicas, mas não para a aferição de seu valor cognitivo. Mais recentemente foi proposto o Programa Forte pregando que o conteúdo das explicações científicas é plasmado por fatores sociais tanto quanto a mais engajada teoria política. Essa forte mudança de atitude pode ser creditada a várias causas. Defendemos o ponto de vista de que é principalmente o tipo de filosofia da ciência que a sociologia tacitamente abraça que acaba por definir suas pretensões explicativas – circunscritas à gênese ou abarcando também o conteúdo das teorias – sobre a ciência.

O reconhecimento de que a ciência *qua* instituição tem uma *natureza social*, de que seus procedimentos de pesquisa *podem* ser vistos como ritos comunitários, não torna obrigatório aceitar a *strong thesis* (Hesse, 1980, p. 29) de que sua substância explicativa não é passível de justificação intrínseca, não passa de construção social. Chalmers (1994, p. 109) assinala que “uma idéia tradicional de objetividade na ciência diz que [...] o desenvolvimento e a avaliação da ciência não estão sujeitos a

* Departamento de Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro; CNPq. E-mail: aloliva@uol.com.br

uma explicação social”. Quando vista como construída com base em fatos, como expressão literal de suas manifestações e relações, a teoria científica é apresentada como suscetível de ser justificada como uma espécie de fotografia da realidade imune a desfigurações voluntárias e a jogos abertos ou velados de interesses. Prevalendo este tipo de visão, a abordagem sociológica não tem como se aproximar do conteúdo da ciência. Como bem assinala Stark (1958, p. 171), por muito tempo prevaleceu a visão de que “desenvolvimentos sociais não determinam o conteúdo dos desenvolvimentos científicos simplesmente porque não determinam os fatos naturais”. Mesmo estando na origem de modos de ver que levam a modos de ser, mesmo gerando padrões comportamentais, o *social* não tem o condão de produzir o *que é o caso* no mundo dos fenômenos naturais. Haveria, portanto, ao menos um tipo de conhecimento, da natureza, que não depende de como se dá sua produção social.

2 DO PROGRAMA FRACO AO FORTE

Em termos históricos, a sociologia da ciência envidou nos anos 30 esforços para conquistar o status de disciplina científica. Nessa fase se destaca a figura de Merton (1973a e 1973b) com sua proposta de investigar as comunidades científicas e as relações entre pesquisa científica e estrutura social preservando a visão epistemológica tradicional de que a cognitividade da ciência não é nem *condicionada* e nem *determinada* pela sociedade no interior da qual é produzida. O Programa Fraco em sociologia da ciência, que não nutria a pretensão de dissecar a cognitividade da ciência, foi muito bem caracterizado por Manheim (1959, p. 239): a determinação existencial do pensamento pode ser considerada um fato demonstrado só naqueles domínios do pensamento em que se pode mostrar que o processo de conhecer não se desenvolve historicamente de acordo com leis imanentes. Só quando, enfatiza Manheim, não se segue apenas da “natureza das coisas” nem das “puras possibilidades lógicas”; quando, em suma, não é movido por uma “dialética interior”. Só que, como salienta Laudan (1984, p. 41), “depois de várias décadas de negligência benigna, o conteúdo da ciência começou de novo a ser submetido ao escrutínio da sociologia da ciência”.

Em meados dos anos 60 surge contra a Escola de Merton uma reação que Bunge (1991, pp. 524-60 e 1992, pp. 46-76) apropriadamente caracteriza como irracionalista e idealista. E não deixa de ser curioso o fato de essa nova sociologia da ciência se apresentar, mesmo descrevendo a si mesma como construtivista-relativista, como capaz de pintar um quadro mais realista da ciência. A desqualificação como “mitos” do ideal da pesquisa desinteressada e da meta da verdade objetiva constituiria, para o socioconstrutivismo, o primeiro grande passo para se chegar à ciência de carne e osso, para se apreender como social a funcionalidade essencial da ciência. Bunge não hesita em qualificar essa nova sociologia da ciência de pseudocientífica.

A maioria dos defensores do novo estilo de sociologia da ciência não se sente intelectualmente constrangida em tornar a ciência praticamente indistinguível da ideologia; em rebaixá-la a instrumento de poder totalmente divorciado de qualquer preocupação com a elaboração de teorias em condições de se legitimarem como verdadeiras ou prováveis. A ciência seria uma construção social que pouco se diferenciaria em termos explicativos, malgrado os controles metodológicos a que são submetidos seus resultados, dos mitos e especulações. Como bem aponta Bunge, a aceitação do construtivismo-relativismo torna obrigatório admitir que o homem de Piltdown existiu – pelo menos entre 1912 e 1950 – simplesmente porque a comunidade científica nisso acreditou. Essa a consequência de se defender, em termos ontológicos, que nada é (naturalmente) *dado*, que tudo é (socialmente) *construído*.

Que grandes transformações teriam ocorrido na sociologia e na ciência a ponto de provocarem mudanças tão drásticas no modo de a sociologia encarar a ciência? Do lado da sociologia, nenhuma revolução teórica aconteceu em condições de justificar o *sociological turn* (Brown, 1984). Na ciência – enquanto objeto de estudo – não foram registradas mudanças nos modos de praticá-la com força para motivar formas radicalmente novas de abordá-la sociologicamente. Mesmo as mais inovadoras práticas e os mais revolucionários procedimentos introduzidos na ciência não levaram a resultados que se

mostraram mais socialmente construídos que os anteriormente alcançados. Sendo assim, a que atribuir a entrada em cena – ou a volta – da visão de que o conteúdo das teorias científicas longe de poder ser epistemicamente *justificado* só pode ser *explicado* por meio de causas sociais?

A verdade é que tem faltado evidência histórico-empírica suficiente para corroborar a tese de que o conteúdo das teorias científicas não passa de efeito de fatores sociais. Os poucos casos históricos que têm sido invocados em apoio ao Programa Forte não respaldam nenhuma lei ou hipótese geral sobre a determinação social dos conteúdos científicos. Não foi até hoje forjada a teoria sociológica capaz de demonstrar que se outras fossem as condições sociais outro seria o teor explicativo de determinada teoria. Mas até que ponto um mundo muito diferente em termos político-econômicos e socioculturais daquele em que a teoria da relatividade foi gestada poderia tê-la levado a formulações e resultados substantivamente dissimilares daqueles que foram obtidos? Não há estudo sociológico que tenha tido êxito na formulação de leis, ou quase-leis, que mostrem estar o conteúdo das explicações científicas subordinado ao que se passa nas macrolocações sociais. A falta de comprovação empírica para suas teses não tem impedido a sociologia cognitiva da ciência, como a denomina Laudan (1978, p. 197), de desqualificar a filosofia da ciência acusando-a de produzir imagens internalistas idealizadas – predominantemente *racionalistas* e *empiristas* – de ciência que nada têm a ver com o cotidiano de suas práticas.

Com base na *standard view* (Scheffler, 1967) ou na *received view* (Suppe, 1977), a genuína teoria científica se compõe de enunciados observacionais, cujos valores-de-verdade podem ser determinados confrontando-se “o que se diz” com “o que é empiricamente registrável”, e de enunciados teóricos direta ou indiretamente derivados dos observacionais. Quando alcançável, a justificação de uma explicação científica pode ser estabelecida de modo impessoal e a salvo de influências contextuais. Sendo assim, o cognitivo é determinado apenas pela lógica e pela experiência. Toda justificação, ou aferição crítica, se circunscreve ao campo das relações subsistentes entre proposições e estados de coisas. Não há por isso necessidade de associar o conteúdo da ciência, no caso de se pretender entender em que se estriba ou como se dá seu endosso ou rechaço, a estruturas e processos sociais. Se a cognitividade *qua tale* nada deve à contextualidade e à historicidade dos fatores sociais, a reconstrução da racionalidade científica pode ser feita de modo estritamente epistemológico sem qualquer contribuição complementar da sociologia.

A sociologia da ciência tradicional não ousava encarar o conteúdo das ciências naturais como socialmente condicionado ou determinado em virtude principalmente de endossar de forma tácita uma concepção internalista, predominantemente justificacionista/fundacionista, de conhecimento. Isso é que a levava a ter postura explicativa modesta diante da ciência e não limitações internas ou interditos filosóficos. Junto com a filosofia da ciência tradicional, perfilhava a velha sociologia da ciência o ponto de vista de que a institucionalização das práticas e a aplicação dos resultados podem ficar a reboque de projetos e interesses sociais, mas não o valor cognitivo das teorias científicas. Daí a imagem elucidativa de Stark (1958, p. 174): “as forças sociais, locomotivas que puxam ou empurram o trem da ciência, não têm o poder de determinar o que é carregado nos vagões”.

Ficava difícil defender a explicação sociológica do conteúdo da física numa época em que a cientificidade das ciências naturais era tomada como modelar e a das sociais avaliada como controversa. Uma disciplina como a sociologia, cindida em escolas e refém do *Methodenstreit*, inevitavelmente enfrentava dificuldades para se apresentar como capaz de elucidar a racionalidade de ciências tidas como exemplares. O modo taxativo com que a sociologia cognitiva da ciência reduz a ciência à construção social deixa a impressão de que foi totalmente superado o desafio de conferir cientificidade às chamadas *moral sciences*; ou de que o enfoque que a sociologia cognitiva da ciência se propõe a desenvolver sobre a ciência se escora em uma teoria que, mesmo sendo social, nada encerra de controverso. Como a sociologia cognitiva da ciência não pode alegar nem uma coisa e nem outra, é cabível indagar que razões epistêmicas ou que fatores sociais fizeram com que as disputas

metodológicas endêmicas na história das ciências sociais deixassem de ser um dos inibidores fundamentais da pretensão da sociologia de explicar o conteúdo da ciência.

Em filosofia das ciências sociais, entende-se por *naturalismo* a tese de que a vida social é cognoscível da mesma forma que o mundo natural. E que as sociais, para se tornarem autênticas ciências, devem tomar as naturais como modelos. O naturalismo é assim proposto por Mill (1949, p. 545): “o estado de atraso em que se encontram as *ciências morais* só poderá ser remediado aplicando-lhes os métodos das ciências físicas, devidamente estendidos e generalizados”. O empirismo lógico promoveu a “linguisticização” do naturalismo: as disciplinas que pretendem se tornar científicas devem imitar a linguagem da física, erigida em linguagem universal da ciência (Carnap, 1971). O que isso pressupõe é que a linguagem de qualquer subdomínio da ciência pode ser equipolentemente traduzida para a sintaxe da linguagem da física. O fisicalismo é uma modalidade de reducionismo que prega que se empregando a linguagem e a metodologia adequadas é possível se fazer ciência (social) a salvo de influências metafísicas e ideológicas. O que não se enquadra nas bitolas sintáticas da linguagem da física é desconsiderado como uma forma supra ou transempírica – fruto das debilidades lógicas da sintaxe das línguas naturais – de abordagem dos fenômenos investigados.

Carnap (1969b, p. 95) defende a tese de que “uma vez que todos os objetos culturais são redutíveis aos objetos psicológicos e todos os psicológicos aos físicos, a base do sistema pode ser colocada no domínio dos objetos físicos”. Forte foi a reação ao projeto de *fisicalizar* as ciências sociais. E mesmo a pesquisa social que procurou seguir à risca os preceitos metodológicos do fisicalismo não conseguiu apresentar resultados significativos. A obra de Kuhn (Barnes, 1982) dá início ao movimento de insurgência metacientífica contra o “imperialismo metodológico” das ciências naturais. E serve de ponto de partida para a pretensão de prover uma explicação sociológica do conteúdo de ciências como a física. Ao almejar estudar a cognitividade da ciência como um mero conjunto de fatos sociais, repelindo as filosofias que perfilham uma concepção normativa de racionalidade, a sociologia cognitiva da ciência promove a completa inversão do naturalismo. A entrada em cena das filosofias da ciência autoproclamadas pós-positivistas muito contribuiu para que a sociologia passasse, a despeito de ter sua cientificidade o tempo todo debatida e questionada, a se sentir capaz de abraçar a tarefa de *explicar* ciências antes tomadas como modelos de cognitividade.

Mais que qualquer grande transformação interna da sociologia, é o antinaturalismo professado pelas filosofias da ciência autoproclamadas pós-positivistas que vai alimentar a pretensão da sociologia da ciência de se tornar cognitiva. A inversão do naturalismo não se deu em virtude de as ciências sociais terem provado possuir uma modalidade peculiar de cientificidade. Defendemos a tese de que por não ter a sociologia passado por nenhuma mudança de paradigma, por nenhuma *gestalt switch*, que a credenciasse a estudar o conteúdo da ciência sua radical mudança de atitude diante da ciência é filosoficamente induzida. O *sociological turn* foi proclamado sem que a sociologia tivesse descoberto novos e cruciais fatos sobre a sociedade ou sobre a racionalidade científica. Só pode por isso ser explicado por razões e/ou fatores que estão fora da sociologia e da ciência. Na realidade, foi propulsionado pela ampla revisão crítica do *mainstream* da filosofia da ciência. Até hoje, a sociologia cognitiva da ciência não tem como se legitimar como produtora de sólidos estudos empíricos sobre a ciência. Estando certa nossa tese de que é inequívoca sua dependência à filosofia da ciência, a sociologia cognitiva da ciência não deveria, como sói fazer, desqualificar a filosofia da ciência como criadora de especulações divorciadas da ciência de carne e osso. Mesmo porque é de secundária importância se a filosofia que embasa a sociologia cognitiva da ciência se define como pós-positivista.

Contra o confinamento do escopo da investigação sociológica aos processos sociais que levam a descobertas e invenções na ciência, Bloor (1991, p. 80) sustenta que os filósofos, sob a máscara da “epistemologia” e da “filosofia da ciência”, têm tentado monopolizar o estudo cognitivo do conhecimento, especialmente científico, deixando apenas o resíduo irracional para os psicólogos e sociólogos. Só que essa pretendida redefinição de competências – em que a sociologia ambiciona desbancar a filosofia – nos estudos *sobre* a ciência foi determinada pela crescente aceitação de teses

epistemológicas heterodoxas e não por transformações revolucionárias – empíricas ou conceituais – ocorridas no seio da sociologia.

O *sociological turn* constitui, como bem observa Laudan (1984), apenas um manifesto metasociológico por meio do qual se declara, prometendo a posterior comprovação empírica, que a sociologia tem competência para explicar como fato social, por meio de fatores sociais, até mesmo o valor cognitivo das teorias que aspiram a ser científicas. Defendemos a tese de que, no fundo, o que a sociologia cognitiva da ciência faz é dar uma versão sociologista às teses heterodoxas da *Nova Filosofia da Ciência* que tem entre seus expoentes nomes como Kuhn e Feyerabend. As filosofias da ciência *historical-oriented* foram mais importantes para o surgimento da sociologia cognitiva da ciência que a propalada decisão de dar caráter empírico aos estudos (sociais) sobre a ciência. A verdade é que para defender a guinada do internalismo para o contextualismo, do naturalismo para o “socioconstrutivismo”, a sociologia cognitiva da ciência se socorre o tempo todo de *entimemas* epistemológicos. Endossa, por exemplo, a tese epistemológica de Feyerabend (1980, p. 160) de que inexiste distinção entre teoria e observação para com base nela decretar que não há constatação, que tudo é sempre *interpretação*. E que o que confere identidade à interpretação é essencialmente social.

Acuada pelo *Methodenstreit* e questionada pelo naturalismo, a sociologia da ciência aceitava ficar adstrita ao estudo do contexto da descoberta considerando-se inapta a dissecar o contexto da justificação das ciências (naturais). Tudo muda quando a *Nova Filosofia da Ciência* rechaça a legislação dos critérios de cientificidade/demarcção. E mais ainda quando mina as separações entre contexto da descoberta e contexto da justificação, teoria e observação, fato e valor, dados e interpretações, entre o que é o caso e o que se acredita ser o caso, entre o logicamente necessário e o socialmente convencional. O que a sociologia faz, para se candidatar a explicar como social o todo da ciência, é simplesmente eliminar qualquer resquício das supracitadas dicotomias em prol do monismo social.

A proliferação, a partir dos anos 30, de filosofias da ciência cada vez mais dissonantes, e manifestamente incomensuráveis, vai aos poucos enfraquecendo o internalismo e, por extensão, o naturalismo e o fisicalismo. Da *Nova Filosofia da Ciência* o sociólogo recebe pesada munição metacientífica para defender a tese de que até mesmo as explicações que mais inequivocamente têm como se validar como científicas são frutos de consensos socialmente construídos. A sociologia amplia seu escopo explicativo sobre a ciência quando passa a ser municiada por argumentos epistemológicos que rechaçam o que Searle (2000) chama de posições-padrão: realismo, teoria da verdade como correspondência, teoria referencial do significado. O deslocamento – levado a cabo pela *Nova Filosofia da Ciência* – da ênfase nos componentes sintático-semânticos para a superestimação dos ingredientes pragmáticos da linguagem científica foi fundamental para tentar dar alguma sustentação às concepções externalistas de racionalidade científica. O abandono da visão de que as crenças verdadeiras e racionais demandam um tipo de explicação, as falsas e irracionais, outro, está associado ao pressuposto de que toda credibilidade intelectual é local, isto é, determinada por cambiantes fatores contextuais.

Promover a guinada que substitui a concepção de conhecimento como *teoria verdadeira justificada* pela que o define como *crença socialmente causada* envolve colocar, em última análise, no lugar de uma *teoria do conhecimento* uma *teoria da ação social* com todas as dificuldades daí decorrentes. Um exercício de *sociologia da sociologia* leva à seguinte questão: durante o período em que adotou o Programa Fraco, confinado à atividade de identificar as causas sociais que levam uma comunidade de pesquisadores a cometer erros grosseiros – a rejeitar o certo e a aceitar o errado, como o ilustra o caso Lysenko (Huxley, 1949) – a que tipo de determinação social estava sujeita a sociologia da ciência?

A sociologia que acolhia o pressuposto de que causas sociais só explicam a formação das crenças que desrespeitam as *razões* ou desconsideram os *fatos* endossava alguma modalidade de filosofia da ciência internalista. E a pretensão de prover explicação social para o conteúdo das teorias científicas não deixa também de se estribar numa filosofia da ciência tacitamente perfilhada – com algum tipo de inclinação externalista – por mais que a sociologia cognitiva da ciência tente se legitimar por meio da retórica da pesquisa empírica. A visão de que só os desvios “patológicos”, ideologicamente motivados

ou não, do comportamento racional na pesquisa são socialmente causados está afinada com as posições-padrão adotadas pelas filosofias da ciência tradicionais. E a de que a sociologia pode se credenciar a dissecar até o conteúdo de teorias científicas amplamente testadas, e corroboradas, mostra-se dependente das filosofias da ciência pós-positivistas.

O que é obra da razão exige *justificação* e o que é fruto da associação, da vida social, demanda *explicação*. Se o que está em questão é justificar, buscam-se *razões*; se o objetivo é explicar, *causas* passam a ser procuradas. Pode-se tentar uma justificação para a explicação – uma meta-explicação. O difícil é aceitar que as explicações produzidas por uma ciência (por exemplo, a física) só possam ser em última instância elucidadas e entendidas por meio das explicações de outra (a sociologia). Despontaria como ilusório discorrer de forma interna e imanente sobre a ciência se o que *explica* sua existência social se constituísse em chave de compreensão dos procedimentos utilizados com a finalidade de *justificar suas teorias*. E nesse caso aquilo que é apresentado pelo filósofo e pelo cientista como justificação racional nada mais seria que um processo social de construção de alegações.

Se o conteúdo das teorias científicas pudesse ser completamente explicado de modo sócio-histórico seria vão tentar justificá-lo com base em argumentos logicamente válidos e evidência empírica, positiva ou negativa, significativa. A consequência disso seria que os pesquisadores não entenderiam o que fazem: suporiam que decidem com base em razões (lógico-empíricas) quando são determinados por fatores (psicossociais). Disso resulta que a racionalidade científica seria uma ilusão: seus produtos não teriam seu valor cognitivo autonomamente estabelecido com base em regras constitutivas de um método aspirante à universalidade. Sendo tudo apenas efeito ou reflexo da vida social não existiriam procedimentos racionais que permitissem qualificar um resultado de logicamente cogente ou empiricamente firmado. A sociologia cognitiva da ciência adota pressupostos incompatíveis com os da filosofia da ciência na medida em que a busca de *explicação* (social) para a ciência torna dispensável a preocupação com a *justificação* (epistêmica). Teses como a de Fleck (1979, p. 42) – “a cognição é a atividade humana mais socialmente condicionada e o conhecimento é a mais elevada criação social” – exprimem uma visão *oversocialized* de conhecimento. E quando Fleck, em continuação, declara que “toda teoria epistemológica é trivial por não levar em conta, de uma forma fundamental e detalhada, a dependência sociológica de toda cognição” está desmerecendo todo e qualquer estudo metacientífico de tipo filosófico.

Em termos programáticos a sociologia cognitiva da ciência persegue como objetivo construtivo o desenvolvimento de estudos empíricos sobre a ciência. Acalenta como desiderato destrutivo desmascarar com estardalhaço retórico o que reputa de “mitos” *racionalistas* sobre a ciência produzidos por filósofos e cientistas. Na óptica da sociologia cognitiva da ciência, o cientista natural se imagina, com o apoio das filosofias da ciência tradicionais, um fiel aplicador de um método especial e confiável. Para a sociologia cognitiva da ciência, o cientista natural ao assim pensar mostra que desconhece o que *de facto* o move. Ignora que sua atuação é plasmada por forças sociais quando credita a imperativos metodológicos ou a compulsões epistêmicas a *rationale* das decisões que toma. Se as coisas se passam dessa forma disso decorre que só o sociólogo ou o antropólogo pode proporcionar a efetiva compreensão da ação do cientista (natural). O que a sociologia cognitiva da ciência faz é propor a substituição da *justificação por meio de razões* pela *explicação por meio de causas* como se tal operação pudesse ser legitimada como uma mera troca da filosofia (da ciência) pela ciência (sociológica). Para tanto, adota o pressuposto de que a natureza dos resultados da pesquisa pode ser elucidada identificando-se *os fatores sociais* que levaram a eles e não invocando, como costumam fazer os filósofos e os próprios cientistas, razões lógico-empíricas.

É cabível conjecturar até que ponto a sociologia cognitiva da ciência lança mão da retórica do desmascaramento, denunciando a ilusoriedade das visões dos filósofos e cientistas sobre a ciência, com a finalidade de ocultar que carece de lastro empírico sua tese de que a cognitividade é fruto da sociabilidade. Mesmo deixando de atingir suas metas explicativas, a sociologia cognitiva da ciência se destaca por denunciar que a visão internalista – predominantemente racionalista e empirista – passa ao largo das determinações sociais que fazem a ciência ser o que é e ter o conteúdo que tem. Estando a

sociologia cognitiva da ciência certa, cientistas e filósofos nada mais fazem que criar, ainda que com motivações e propósitos intelectuais distintos, ficções metacientíficas. A postulação de uma racionalidade autárquica nada mais seria que a racionalização da função desempenhada pelos fatores sociais nos processos de aceitação e rejeição das teorias científicas. Ao se criar um abismo entre as razões (epistêmicas), reputadas ilusórias, e os fatores (sociais), tidos como determinantes, tornam-se inconciliáveis os estudos metacientíficos levados a cabo respectivamente pela filosofia e pela sociologia da ciência.

3 EXPLICAR A CIÊNCIA OU DESMASCARAR AS OUTRAS METACIÊNCIAS?

A sociologia cognitiva da ciência é uma modalidade de metaciência afinada com o tipo de distinção bastante difundido em ciências sociais entre as regras reconhecidas numa dada sociedade e o comportamento real dos indivíduos. O pressuposto abraçado é o de que aquilo que o agente diz sobre os móveis de sua conduta não coincide com as causas que o levam a fazer determinadas coisas. No caso da ciência, pensa o pesquisador que aceita, por exemplo, uma teoria por sua excelência descritiva, explicativa e preditiva quando nada disso é decisivo. Méritos ou deméritos explicativos intrínsecos não seriam os fatores determinantes das escolhas que o cientista faz. Esse esquema propõe que se substitua a justificação que invoca razões (adotada pelo próprio cientista) pela explicação baseada na identificação de causas (feita pelo sociólogo). A mudança é radical: a reconstrução do agir com base em razões cede lugar ao estudo da conduta determinada por causas. Isso significa que o conhecimento que o agente (cientista) supõe ter de seu pensar e agir não é conhecimento; é necessário que o sociólogo identifique as causas do que pensa e faz o cientista. Os critérios que julgam o (que é) conhecimento não são imanentes a seu evoluir.

Ao deixar de acolher a visão que os cientistas têm de si mesmos, de suas práticas e da ciência em geral, a sociologia cognitiva da ciência se coloca contra as interpretações que encontra nos *atos* – nos que constituem a ciência – que investiga. Ao rechaçar como especiosas as crenças dos cientistas sobre o que fazem, a sociologia cognitiva da ciência não estaria também atacando o modo com que a ciência é praticada? Mesmo porque muitas das formas de praticar ciência derivam de como é vista. Mas se esse for o caso, a sociologia não só dá à ciência a visão correta de si mesma como indiretamente questiona a forma – principalmente racionalista ou empirista – com que muitas de suas atividades são conduzidas. E ao passar a deter todo esse poder metacientífico, a sociologia é guindada ao topo dos saberes e se transforma em *ciência da ciência*. Só por seu intermédio se pode entender o que realmente é a ciência, só assim se logra ir além do que seus praticantes de modo enganoso pensam que ela é. Assim a sociologia puxa o véu da ilusão criado por filósofos e cientistas e se vinga das açoítadas epistemológicas do fisicalismo: as teorias forjadas por ciências como a física se apresentam especiosamente como explicações da realidade natural quando, no fundo, não passam de subprodutos de processos e estruturas sociais. Isso implica que em última análise só há uma ciência – *a da vida social*. Só ela consegue explicar o que é e como funciona a ciência – uma comunidade como outra qualquer.

Ao proclamar que as razões epistêmicas invocadas pelos cientistas não logram justificar suas decisões, que só os fatores sociais as explicam – em suma, que o que faz a ciência ser o que é está fora da ciência – a sociologia cognitiva da ciência se inspira em esquema explicativo dualista – o que se diz que se é e o que *de facto* se é – amplamente empregado em ciências sociais. Em Durkheim aparece assim formulado:

Os indivíduos, que são os agentes da história, fazem determinada idéia dos acontecimentos de que participam. Para poderem compreender sua conduta imaginam-se a perseguir tal ou qual objetivo que lhes parece desejável e elaboram razões para provar a si mesmos e, caso seja necessário, a outrem que esse objetivo é digno de ser desejado [...]. Mas essas explicações subjetivas não têm valor; pois, os homens não vêem os verdadeiros motivos que os fazem agir. (Durkheim, 1975, pp. 245-246)

Quando deslocado para o campo da metaciência, esse modelo sociológico acaba por decretar que o ser da ciência escapa à apreensão de seus praticantes. Estes ilusoriamente acreditam que os resultados alcançados são frutos de operações lógicas e constrangimentos empíricos e não de fatores sociais. Desse modo, a sociologia passa a se atribuir também a missão – para além das tarefas de descrever, explicar, prever comumente atribuídas à ciência – de desmascarar o que a ciência pensa de si mesma e, de roldão, o que a filosofia pensa sobre ela. Denunciar a imagem internalista que a ciência costuma fazer de si mesma, e reforçada pela maioria das filosofias da ciência, desemboca na conclusão de que só a sociologia sabe efetivamente o que faz a ciência ser o que é. Sendo esse o caso, todas as ciências se reduzem a uma – à sociologia. No lugar do fisicalismo entra o sociologismo. E, a despeito de todas as aparências em contrário, essa mudança é também expressão de cientismo/cientificismo.

Sem muito exagero retórico pode-se acusar a sociologia cognitiva da ciência de equiparar a ciência a mais militante ideologia ao reduzir a explicatividade até mesmo das mais confirmadas teorias científicas à incidência de fatores sociais. Mas quem em sã consciência sustentaria que a teoria da relatividade é tão socialmente determinada quanto, por exemplo, o maoísmo? Como aceitar que as ciências naturais refletem os conflitos de interesses e a luta de classes tanto quanto as teorias políticas e sociais atreladas a projetos de disputa do Poder?

Teses como as da sociologia cognitiva da ciência levam ao “societarismo” e, por extensão, ao imperialismo das ciências sociais. A sociologia passa a ocupar o trono de rainha das ciências que o naturalismo concedera à física. O poder científico e o metacientífico, altamente concentrados, só trocam de mãos. Com a completa inversão do naturalismo, a Grande Ciência passa a ser a Sociologia (da ciência). Não por acaso, a sociologia cognitiva da ciência exhibe o mesmo desprezo pela filosofia do fisicalismo. E o interessante é que duas filosofias – o (neo)positivismo e o relativismo respectivamente – servem de inspiração e base para o fisicalismo e o sociologismo.

Para sustentar que o filósofo cria ficções racionalistas ou empiristas sobre o que é a ciência e o cientista se engana a respeito da natureza de sua própria atividade, a sociologia cognitiva da ciência recorre a um reducionismo que tampouco tem como se livrar da pecha de cientificista. O fato de ser de tipo sociológico, e não mais físico, não o torna automaticamente superior e menos restritivo. Para poder denunciar as concepções cognitivistas, supostamente divorciadas do ser e do fazer da ciência, o sociólogo se concede o privilégio de forjar a única reconstrução adequada da ciência. A visão do agente/cientista é errada, a do sociólogo a certa. Nesse sentido, é inevitável se chegar à conclusão de que a única efetiva ciência é a sociologia. O esquema dualista “essência x aparência” – o que se supõe de forma *racionalizadora* que produz o assentimento às crenças e o que efetivamente leva a ele – dá à explicação que capta os fatores sociais, determinantes, o monopólio do conhecimento e desclassifica a invocação de razões (lógico-empíricas) como ilusão, interessada ou não, dos agentes, no caso, os cientistas.

Ao apregoar que os cientistas e filósofos não se dão conta de que a cognitividade da ciência é produto da vida social, o sociólogo assume uma dupla missão. *A pars construens* consiste em *explicar* toda a ciência por meio de causas sociais e *a pars destruens* em *desmascarar* o que pensam sobre ela os filósofos e os próprios cientistas. Para se afirmar como cognitiva, a sociologia declara destituídas de valor, por considerá-las ilusórias, a reconstrução filosófica e a auto-imagem da ciência. Se a cognitividade não se justifica, mas se explica no essencial pelos modos com que os mecanismos institucionais moldam o conteúdo da pesquisa, disso se segue que a sociologia – e não a filosofia e a própria ciência – é que tem condições de proporcionar a efetiva compreensão da ciência.

4 SOCIOLOGIA COGNITIVA DA CIÊNCIA: UMA NOVA VARIANTE DE CIENTISMO?

A sociologia, ao dar à ciência a visão correta de si mesma, adquire o status de *ciência da ciência* com uma peculiaridade: mais que uma metaciência passa a ser o único modo de entender o que é a ciência

para além do que seus praticantes pensam que é. Uma explicação da ciência que contraria o que a própria ciência pensa de si mesma tem uma natureza *paracientífica*. Denunciar a imagem de tipo *racionalista* (*from the top down*) ou *empírista* (*from the bottom up*) que a ciência costuma formar de si mesma – e convergente com a maioria das filosofias da ciência – equivale em última análise a decretar que a ciência, em que pese sua pretensão de produzir explicações, é uma prática social incapaz de compreender e pensar a si mesma.

Concordamos com Putnam (1984, p. 126) quando assinala que o caráter cientístico [*scientistic*], ou cientificista, do positivismo lógico é completamente manifesto e desavergonhado. Mas que também há cientismo, ou cientificismo, por trás do relativismo e do culturalismo. A diferença é a facilidade com que os reducionismos de tipo psicossocial conseguem ocultar sua identidade profunda. A teoria segundo a qual a ‘racionalidade’ nada mais é que o que nossa cultura local a faz ser reduz o estudo de todas as manifestações intelectuais que se pretendem pautadas pela racionalidade a investigações sociológicas, antropológicas ou psicológicas. E essa é também uma forma de reducionismo, de cientificismo, por mais que se apresente com o vistoso rótulo de explicação social. Do fisicalismo ao sociologismo o que há é o reducionismo (cientificista) de sempre.

Como bem observa Putnam, no caso de a racionalidade ser definida por meio de um programa ideal de computador, se está diante de uma teoria cientística inspirada nas ciências exatas. Acrescentaríamos que se o programa reducionista for a física, se trata de cientismo lastreado nas ciências naturais. E no caso de se definir simplesmente por normas culturais locais constitui, como ressalta Putnam, também uma teoria cientística – só que inspirada na sociologia ou na antropologia. É indiferente se o reducionismo é natural ou social. Substituir a física pela sociologia, o naturalismo pelo *societarismo*, não enseja melhor entender a complexidade da racionalidade (científica) nem como fato social e muito menos como construção metodológica. Em nome da superação de reducionismos como o fisicalista não se justifica propor outro. Trocar o imperialismo das ciências naturais pelo das sociais não contribui para uma melhor elucidação da racionalidade científica.

A guinada da visão de que o conhecimento é “justificado pela invocação de razões” para a de que o conhecimento “não passa de crença institucionalmente legitimada” exige a formulação de uma fundamentada teoria da ação social. E, se eficientemente elaborada, essa teoria da ação social passa a ser a expressão-maior da explicação científica, já que explica – ou contribui decisivamente para explicar – a ciência no que tem de mais essencial – sua natureza socialmente construída. Nesse caso, a teoria da ação social passa a ser a chave de compreensão da ciência. Sem ela, pouco ou nada se faz de metacientificamente relevante. Sendo assim, todas as ciências se tornam redutíveis à sociologia, já que todas são explicáveis pela sociologia. É ela que desmancha as ilusões sobre a racionalidade da ciência ao reduzi-la a um capítulo da Ação Social. Só que o próprio conceito de ‘ação social’ é controverso (Campbell, 1998, p. 23 e ss).

A rejeição dos dois tipos de roteiro causal – um para crenças racionais, outro para irracionais – reduz todo genuíno conhecimento à sociologia, já que a ela, e só a ela, pode ser dada a incumbência de elucidar o que são e fazem os outros campos do saber. E tudo para se chegar à conclusão, já implícita no ponto de partida, de que as ciências não são o que pensam que são e fazem. O enorme poder intelectual que a sociologia passa a deter deriva de ser investida da missão de mostrar que a visão que as ciências – os pesquisadores – têm delas mesmas é falsa; que o que supõem fazer não é o que *de facto* fazem. Acreditam-se movidas por *razões* (*epistêmicas*) quando são determinadas por *fatores* (*sociais*), se consideram intelectualmente autônomas quando são socialmente moldadas em seu conteúdo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem razão Bouveresse (1984, p. 40 e ss) quando sustenta que tanto o cientificismo inspirado nas ciências exatas quanto o que se baseia na antropologia, na sociologia ou na história – nas ciências sociais em geral – nos tiram a oportunidade de compreender o que podem ser a natureza e a função da razão.

A combinação do cientificismo com o relativismo só parece estranha à primeira vista; alguém que sustenta, por exemplo, que os critérios de aceitabilidade racional são apenas o reflexo das relações de dominação e exclusão que caracterizam determinado tipo de sociedade pretende em geral enunciar um fato objetivo; só que, no fundo, reduz o amplo e variado uso da razão e do conhecimento a epifenômeno da vida social. E desse modo só habilita ao estudo desse tipo de fato, ou de determinação causal, um tipo de saber – o social. Isso quando não ocorre de ir mais longe com a defesa da tese de que tudo é ideológico. Como arremata Bouveresse, usar a razão para demonstrar que seu bom uso é impossível é mais que um erro – é uma perda de tempo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARNES, Barnes. *T. S. Kuhn and social science*. London: Macmillan, 1982.
- BLOOR, David. *Knowledge and social imagery*. London: Routledge and Kegan Paul, 1991.
- BOUVERESSE, Jacques. *Le philosophe chez les autofagues*. Paris: Éditions Minuit, 1984.
- BROWN, James. (org.) *Scientific rationality: the sociological turn*. Amsterdam: D. Reidel, 1984.
- BUNGE, Mario. A critical examination of the new sociology of science. Part 1. *Philosophy of the Social Sciences*, **21** (4): 524-560, 1991.
- . A critical examination of the new sociology of science. Part 2. *Philosophy of the Social Sciences*, **22** (1): 46-76, 1992.
- CAMPBELL, Colin. *The myth of social action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- CARNAP, Rudolf. *Pseudoproblems in philosophy*. Trad. de Rolf George. Berkeley: University of California Press, 1969.
- . Logical foundations of the unity of science. Vol. 1, in: *Foundations of the Unity of Science*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.
- CHALMERS, Alan. *A fabricação da ciência*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- DURKHEIM, Émile. *La science sociale et l'action*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- FEYERABEND, Paul. Science without experience. Pp. 160-164, in MORICK, Harold (org.). *Challenges to empiricism*. London: Methuen, 1980.
- FLECK, Ludwig. *Genesis and development of a scientific fact*. Trad. de Fred Bradley & Thaddeus Trenn. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.
- HESSE, Mary. *Revolutions and reconstructions in the philosophy of science*. Bloomington: Indiana University Press, 1980.
- LAUDAN, Larry. *Progress and its problems. Towards a theory of scientific growth*. Berkeley: University of California Press, 1978.
- . The pseudo-science of science. Pp. 41-74, in: BROWN, J. R. (org.). *Scientific rationality: the sociological turn*. Amsterdam: D. Reidel, 1984.
- HUXLEY, Julian. *Soviet genetics and world science. Lysenko and the meaning of heredity*. London: Chatto and Windu, 1949.
- MANHEIM, Karl. *Ideology and utopia*. Trad. de Louis Wirth e Edward Shils. New York: Harcourt Brace & Company, 1959.
- MERTON, Robert. The normative structure of science. Pp. 254-266, in: MERTON, Robert K. *The sociology of science. Theoretical and empirical investigations*. Editado por Norman W. Storer. Chicago: University of Chicago Press, 1973 (a).
- . Paradigm for the sociology of knowledge. Pp. 7-40, in: MERTON, Robert K. *The sociology of science. Theoretical and empirical investigations*. Editado por Norman W. Storer. Chicago: The University of Chicago Press, 1973 (b).
- MILL, John Stuart. *A system of logic*. London: Longmans Green and Co, 1949.
- PUTNAM, Hilary. *Reason, truth and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- SCHEFFLER, Israel. *Science and subjectivity*. Indianapolis: The Bobbs-Merrill Co, 1967.

- SEARLE, John. *Mente, linguagem e sociedade*. Trad. de F. Rangel. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- STARCK, Werner. *The sociology of knowledge*. London: Routledge and Kegan Paul, 1958.
- SUPPE, Frederick. Historical background to the received view. Pp. 8-15, *in: The structure of scientific theories*. Urbana: University of Illinois Press, 1977.
- WILLIAMS, Leslie Pearce. Normal science, scientific revolutions and the history of science. Pp. 49-50, *in: LAKATOS, Imre & MUSGRAVE, Alan (orgs.). Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.